



Aposentados

Emídio Rebelo Filho

SEGURIDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo II - Da Seguridade Social, artigos 193 a 203, consagra claramente os dispositivos para as atribuições, ordenamento e funcionamento das áreas de saúde, assistência social e previdência social, afirmando que é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos às três áreas. Com fundamento nesses dispositivos, aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), rejeitam e protestam veementemente a retirada de recursos financeiros do Orçamento da Seguridade para aplicação em outros programas de governo.

RECURSOS

Os recursos financeiros arrecadados e disponibilizados no Orçamento da Seguridade Social têm destino próprio, conforme assegura a Carta-Magna do Brasil. Transferi-los para suprir pagamentos de despesas não identificadas como Seguridade Social não corresponde com os ditames da Constituição Federal, inclusive, impede que as atribuições conferidas às áreas de saúde, assistência social e previdência social sejam prejudicadas em seu pleno funcionamento, deixando de atender com a eficiência, cidadãos e cidadãos brasileiros, beneficiários e contribuintes do Sistema. As autoridades responsáveis pela Seguridade Social deverão encontrar outras soluções para impedir a retirada indevida de recursos financeiros.

ELIMINAÇÃO

A emissão do documento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, tem que ser eliminada definitivamente. Não é concebível que se queira prorrogar a sua validade até 2032. O deputado federal que faz a proposta de prorrogação deveria rever a sua proposição, quando afirma que não haverá prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Contestamos essa afirmação por impedir que os proventos das aposentadorias e pensões sejam reajustados corretamente. Deveria o parlamentar, ao invés de propor retirar recursos do INSS, defender a reivindicação constante do Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, há mais de 16 anos pendentes de apreciação na Câmara Federal.

REDUÇÃO

Aposentados e pensionistas, segurados do INSS, vinculados à Seguridade Social, vêm sendo prejudicados com a redução dos seus proventos desde setembro de 1991. Neste exercício completará 34 anos a impropriedade da ação praticada no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. É um malfeito que aplica punição indevida e perversa às cidadãs e cidadãos brasileiros, cumpridores de suas obrigações e deveres para com o Estado. A expectativa é que neste governo se corrija a maldade praticada contra aposentados e pensionistas, promovendo-se o restabelecimento e o resgate do que lhes foi retirado indevidamente durante mais de três décadas. Para que isto aconteça, a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008 é imperativa e de direito.

DÍVIDA

A dívida dos deputados federais para com os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), participantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), vinculados à Seguridade Social, aumenta a cada ano que passa. Não se concebe qual será o motivo para tanta demora na apreciação, julgamento e aprovação de uma reivindicação de justiça social, requerida para correção de um erro grave cometido a um contingente de pessoas que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento do País. É difícil e impossível entender tal procedimento dos nossos representantes na Câmara Federal, levando-se em consideração o posicionamento dos Senadores da República que aprovaram por unanimidade a reivindicação constante do Projeto de Lei nº58/2003.

VIDA

Aprendemos, desde cedo, que a vida é uma dádiva de Deus e que devemos preservá-la com todo amor que possuímos dentro de nós. Não podemos desperdiçá-la. Temos que mantê-la com dignidade e respeito para que possamos desfrutar dos valores divinos que ela nos concede. Menosprezá-la como acontece nos conflitos entre nações, desprezando-se o que representa o semelhante como ser humano, é estar desprovido do que seja verdadeiro para a humanidade e para si próprio.

SANTIDADE

“Não vos contenteis com uma vida cristã medíocre; caminhai, decisivamente, para a santidade” (Papa Francisco).